

Competição pode prejudicar Saúde

Da enviada especial e da
Sucursal de Brasília

A principal dificuldade para a implantação do Sistema Nacional de Saúde poderá ser caracterizada pela competição velada existente entre os órgãos do setor. Essa é a opinião de alguns especialistas que participam da V Conferência Nacional de Saúde, cuja instalação foi presidida ontem, em Brasília, pelo general Ernesto Geisel.

Os trabalhos, que se prolongarão por quatro dias, foram abertos no auditório do Ministério das Relações Exteriores, pelo ministro da Saúde, Paulo de Almeida Machado, que ressaltou a importância do papel desempenhado pela Comissão de Saúde da Câmara e do Senado, que manteve "diálogo eficiente" com sua pasta, "durante o qual a unanimidade na defesa do interesse público não requereu sacrifício das diferenças partidárias". Além dos ministros que integram o Conselho de Desenvolvimento Social, estiveram presentes à solenidade todos os secretários de Saúde de Estados e o diretor da Organização Pan-Americana de Saúde, Hector Acuna.

Barreira

Talvez a principal barreira à implantação do Sistema Nacional de Saúde, debatida intensamente em alguns grupos de trabalho, seja a competição "velada" existente entre os órgãos do setor. Para alguns dos 335 participantes da V Conferência Nacional de Saúde, já se evidencia uma tendência de que a instituição com maiores recursos financeiros — nesse caso, o Ministério da Previdência Social — venha também a deter o poder político, impondo as suas próprias normas e padrões.

Para alguns especialistas, essa tendência invalida os próprios princípios do Sistema Nacional de Saúde, criado pela lei 6.229, que tem por objetivo principal adequar as atividades de todos os que atuam no setor saúde, evitando a superposição de ações e também de recursos, com o objetivo principal de atender toda a população, tanto do ponto de vista

de promoção e prevenção como de assistência médica.

O Sistema Nacional de Saúde foi o tema central do primeiro dia de trabalhos da conferência, que está sendo realizada no Itamaraty. Para seu expositor, o secretário geral do Ministério da Saúde, José Carlos Seixas, a lei 6.228 não veio "para ratificar o existente nem para apagar pequenas arestas, mas para mudar, com vistas a uma maior eficiência na elevação do nível de saúde da população".

Por isso, o secretário geral do Ministério da Saúde considera que essa lei, embora seja simples, não é simplista, "a não ser que se passe a jogar damas num tabuleiro de xadrez".

Segundo José Carlos Seixas, a natureza pluralista do Sistema Nacional de Saúde, que envolve as várias esferas do poder estatal e a iniciativa privada, faz com que ele seja muito mais complexo do que se tivesse uma estrutura monolítica.

O secretário acredita que uma das maiores dificuldades para a implantação do Sistema Nacional de Saúde é o estabelecimento dos níveis de competência específicos de cada órgão ou entidade, sempre que isso for possível. "E a dificuldade ainda se torna maior — disse — porque, a curto prazo, algumas áreas não devem ter atuação específica para cada instituição". Outro problema apontado pelo secretário-geral do Ministério da Saúde é a limitação de recursos humanos, que não são suficientes para promover a implementação de um sistema com essas características.

José Carlos Seixas acredita que para que o sistema possa funcionar bem é muito importante a existência de uma política nacional de saúde. É que se não houver diretrizes gerais, os resultados obtidos a partir da intervenção em algumas partes e consequente ajustamento de outras pode não corresponder aos objetivos iniciais. Ele lembra que já está se delineando, principalmente a partir do II PND, uma política de saúde do governo. Mas isso não basta: "O que realmente seria importante é a definição de uma política a longo prazo".

Com a sua exposição, o secretário-geral do Ministério da Saúde quis apenas levantar uma série de aspectos que envolvem o problema da implantação do Sistema Nacional de Saúde, para que os participantes da conferência apresentassem sugestões, e também para que não continuem a trabalhar isolados em seus órgãos. Ele reconhece que a implantação do sistema será lenta em função da sua complexidade. Entretanto, dentro de dois anos já deveria estar em funcionamento o subsistema de informações para saúde em nível nacional, a ser criado pelo próprio Ministério. Também já foi formulado um projeto de lei sobre notificação compulsória, ao mesmo tempo em que se está organizando serviços em todos os Estados, que permitam um trabalho rápido de conhecimento e controle das doenças.

Segundo José Carlos Seixas, essas informações permitirão adotar definições políticas em função dos problemas identificados.

Durante os debates em grupos de trabalho, alguns participantes levantaram a dificuldade de se implantar um sistema com caráter pluralista, já que os interesses das empresas médicas que visam lucro não são os mesmos das entidades estatais ou beneficentes. Segundo eles, o esforço desenvolvido para a integração dos órgãos que atuam no setor saúde, por este motivo, não traria os resultados pretendidos. A discussão terminou — ou melhor, foi interrompida — com uma pergunta: "Não seria mais viável criar um serviço nacional de saúde?".